

A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral.

*Alain Herscovici**

A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação, é uma disciplina relativamente recente. Ela nasceu, de fato, de uma dupla necessidade provendo tanto do campo da Ciência Econômica quanto do campo das Ciências da Comunicação e das Ciências Sociais.

Num primeiro momento, é preciso fazer um breve histórico relativo à Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação, e às suas relações com os outros campos do conhecimento já constituídos. A questão relativa às suas relações com a Economia, com as Ciências Sociais em geral, e com as Ciências da Comunicação em particular, permite explicar as modalidades a partir das quais a Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação se autonomiza e se diferencia assim de suas próprias origens.

Podemos identificar, já, vários questionamentos:

- i) Em que medida ela se diferencia das análises econômicas tradicionais, sejam elas ortodoxas ou heterodoxas? Em outras palavras, quais são as especificidades desta economia?
- ii) Segundo que tipo de modalidades esta disciplina nova vai praticar a interdisciplinaridade que a fundou? Como ela vai “importar” instrumentos e resultados de outras disciplinas e incorporá-los numa problemática específica?
- iii) Em que medida ela se diferencia, ou se incorpora, no campo das Ciências da Comunicação?

* Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) do Departamento de Economia da UFES, Professor e Coordenador do Mestrado e membro fundador da Unión Latina de Economía Política de la Comunicación, Información y Cultura (ULEP-ICC) (e-mail: alhersco.vix@zaz.com.br)

Tais são, a meu ver, as interrogações que deveriam permitir definir a Economia Política , suas especificidades metodológicas e epistemológicas e seu próprio campo como disciplina autônoma.

D) A gênese da Economia Política

Para poder fornecer elementos de resposta à essas perguntas, é preciso saber que a Economia Política da Cultura, da Informação da Comunicação nasceu das “falhas” e das limitações que as diferentes Ciências apresentavam para analisar essas atividades.

1) Os limites das análises sociológicas e comunicacionais

1.1 Tradicionalmente, a Cultura era o objeto de estudo predileto da Sociologia e das Ciências da Comunicação. Nesta perspectiva, a Cultura e a Comunicação eram apenas consideradas como elementos super-estruturais:

- i) no âmbito de uma abordagem funcionalista, a função social ligada à dimensão simbólica é privilegiada, enquanto as funções econômicas são ignoradas ¹;
- ii) na tradição marxista dos anos 70, a partir de uma perspectiva gramsciana, a Cultura se relaciona diretamente com os aparelhos ideológicos e as modalidades de reprodução simbólica;
- iii) Os estudos culturais, apesar de se constituírem, inicialmente, como uma alternativa em relação a essas duas correntes, evoluíram no mesmo sentido: o “materialismo cultural” esboçado por R. Williams não desembocou no estudo das relações entre a dimensão simbólica, material e econômica das mídias ².

1.2 As Teorias tradicionais ligadas às Ciências da Informação também não se apresentam com uma alternativa adequada: as análises ligadas à abordagem cibernética partem das seguintes hipóteses: (a) existe um modelo único e universal que permite analisar todas as situações na qual

¹ Bernard Miège, *La pensée communicationnelle*, PUG, Grenoble, 1995, p. 23.

² Entrevue de Armand Mattelard para a Revista EPTIC on line, Vol. V, n.1, En./Abril 2003.

há transmissão de informação entre um emissor e um receptor, utilizando determinado canal de transmissão (b) segundo esta hipótese, a informação é concebida como um objeto unidimensional cujas modalidades de apropriação são iguais para o conjunto dos agentes sociais (c) o universo é ergódico e a Informação assim concebida representa um meio para diminuir a ignorância a respeito do futuro.

Essas hipóteses são contestáveis pelas seguintes razões:

i) o modelo emissor receptor é geral e abstrato demais para poder dar conta das especificidades sociais, históricas do conjunto das situações de comunicação. O formalismo resultante de tal análise pode ser comparado ao formalismo dos economistas neoclássicos que concebem o mercado como um espaço “abstrato” no qual se confrontam oferta e demandas anônimas e no qual a racionalidade a-social e a-histórica dos agentes permite maximizar certas funções. Em outras palavras, as variáveis sociológicas e históricas são excluídas do campo de estudo³.

ii) Conforme apontam vários autores, em função das variáveis cognitivas, institucionais e históricas, a Informação é um bem *multidimensional*⁴ cujas modalidades de apropriação são múltiplas e dependem, intrinsecamente, da *contextualização* definida por essas variáveis.

iii) O universo dentro do qual essas teorias atuam é ergódico; isto significa, entre outras coisas, que o tempo utilizado é, por natureza, a-histórico. Ao contrário, todos os trabalhos ligados à teoria do caos e ao estudo dos sistemas complexos ressaltam a historicidade do tempo e a impossibilidade de prever, no sentido popperiano, o futuro⁵.

³ Louis Quéré fala em “terceiros simbolizantes” (tiers symbolisant) em *Des miroirs équivoques, aux origines de la communication moderne*, Aubier Res Babel, Paris, 1982.

⁴ A este respeito, ver, por exemplo:

- Favereau, Olivier, “Notes sur la théorie de l’information à laquelle pourrait conduire l’économie des conventions”, in *L’Economie de l’information*, sous la direction de Pascal Petit, La Découverte, Paris, 1998, p. 229: “ (...) o contexto da Informação condiciona significativamente o conteúdo da informação “

- Jean-Louis Le Moigne, La modélisation systémique de l’Information, in *L’Economie de l’information*, op. cit., p. 56.

⁵ A este respeito, ver Alain Herscovici, Irreversibilidade, incerteza e Teoria Econômica. Reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na Ciência Econômica., mimeo UFES, julho de 2003.

2) A análise econômica

2.1 Os limites explicativos

A teoria econômica, seja ela ortodoxa ou heterodoxa, rejeita fora de seu campo de investigação, pelo menos parcialmente, este tipo de atividades.

i) Para os economistas clássicos que se baseiam no trabalho para explicar o valor das mercadorias, as atividades artísticas são excluídas do campo de investigação da Economia Política: David Ricardo, por exemplo, afirma que o valor de certas mercadorias, nas quais estão incluídas as produções artísticas, “(...) oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-las”⁶, independentemente da quantidade de trabalho que foi gasto na sua produção. De uma maneira mais geral, o valor desta mercadoria não é determinado pela quantidade de trabalho direto e indireto que foi gasta na sua produção.

ii) Os economistas novo clássicos e, de uma maneira mais geral, os economistas de cunho liberal, concebem a Informação como um bem qualquer. Adotando as mesmas premissas que a teoria da Informação desenvolvida por Shanon, eles consideram que, no âmbito de um universo ergódico, a informação permite reduzir a incerteza relativa ao futuro. Os agentes econômicos racionais da teoria neoclássica maximizam a compra da informação, igualando seu custo marginal com a receita marginal que ela gera. Nesta perspectiva, a informação é concebida como um bem unidimensional que todos os agentes podem se apropriar da mesma maneira: (a) não há assimetria da Informação e suas modalidades de apropriação implicam que a informação é decodificada da mesma maneira pelo conjunto dos agentes (b) os agentes podem avaliar, ex-ante, a utilidade da Informação que eles vão adquirir. De fato, esta abordagem é incompatível com uma concepção multidimensional da Informação, concepção a partir da qual as modalidades de apropriação simbólica desta informação são altamente diferenciadas⁷.

⁶ David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*, Abril Cultural, São Paulo, 1982, p. 44

⁷ Alain Herscovici, *Economia da Informação, redes eletrônicas e regulação: elementos de análise.*, artigo aceito para publicação na Revista de Economia Política, março de 2003.

iii) O economista americano William Baumol, no final dos anos 60, resolveu estudar as atividades das Artes Cênicas, no que diz respeito ao problema do financiamento dessas atividades e das implicações macroeconômicas das políticas de financiamento público. Posteriormente, sua análise foi estendida para todas as atividades que incorporam, no seu processo de produção, um trabalho artístico, informacional ou intelectual. Esses modelos permitem formular as seguintes conclusões: (a) este tipo de atividades gera um déficit intrínseco cujo valor aumenta com o decorrer do tempo (b) o fato de manter essas atividades implica uma transferência cada vez maior de valor criado no setor produtivo. O crescimento de longo prazo será assim inibido, pelo fato da quase totalidade do valor ser utilizada para financiar este tipo de atividade. Não obstante, esta análise assimila as atividades ligadas à Cultura e à Informação às atividades industriais para as quais, no âmbito de uma função de produção clássica, a quantidade produzida de bens e serviços depende da quantidade de trabalho utilizada. Em outras palavras, as especificidades sociológicas relativas a este tipo de trabalho e às modalidades de valorização desses produtos e serviços são negadas.

iv) De um ponto de vista macroeconômico, a informação se relaciona igualmente com a Tecnologia e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. Nesse caso, certas abordagens incorporam-na numa função de produção ao lado do capital e do trabalho; as teorias do crescimento endógeno reconhecem que o capital humano e as atividades de pesquisa são os principais fatores que permitem explicar o crescimento econômico de longo prazo.

2.2 *Uma economia cultural e informacional*

Os fundamentos metodológicos da Economia Política da Cultura, da Comunicação e da Informação, se encontram no marxismo e no velho institucionalismo⁸. As categorias construídas por Marx permitem, a partir de um abordagem que recusa os pressupostos do individualismo metodológico, ressaltar o papel econômico e sociológico que essas atividades assumem na lógica

⁸ Mosco, Vincent , “Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique” in *Réseaux volume 18 n.101/2000.*, p. 96.

global de reprodução do sistema. O institucionalismo de cunho heterodoxo concebe os mercados concretos como articulações específicas de elementos mercantis e não mercantis: as representações simbólicas e culturais, a natureza e as diferentes modalidades de apropriação da Informação são elementos fundamentais para entender as modalidades de funcionamento dos mercados concretos.

Nesta perspectiva, vários autores⁹ desenvolveram o conceito de *lógica social* para realizar uma dupla análise: aquela que se relaciona com a economia específica desses setores e aquela que ressalta o papel macroeconômico e social que esses setores estão cumprindo na lógica global da acumulação.

Assim, intrinsecamente, a análise em termos de Economia Política da Cultura, da Informação e da Comunicação *é interdisciplinar*. Não obstante, quais são as modalidades concretas desta interdisciplinaridade; como é possível utilizar instrumentos metodológicos e resultados que provêm das outras Ciências Sociais e incorporá-los numa determinada problemática sem cair no eclectismo metodológico? Por um lado, para evitar o formalismo dos economistas do *mainstream*, a análise implementada tem que ser intersdisciplinar no sentido de utilizar instrumentos que provêm das Ciências afins, principalmente a Sociologia, a História e as Ciências da Comunicação. Por outro lado, para não cair no ecletismo epistemológico, é preciso incorporar, numa matriz específica, as problemáticas julgadas relevantes, cada disciplina realizando “suas próprias sínteses, pelo fato de incorporar as contribuições das outras disciplinas numa abordagem específica”¹⁰. Isto ressalta, ao mesmo tempo, a necessidade e os limites da interdisciplinaridade¹¹.

II) A Sociedade em rede: uma abordagem crítica.

Finalmente, uma abordagem em termos de Economia Política permite questionar os discursos antropológicos, sociológicos e econômicos que interpretam a sociedade em redes como uma ampliação dos espaços democráticos, da transparência das relações sociais e como uma

⁹ A este respeito, ver, entre outros, os diferentes trabalhos do GRESEC de Grenoble

¹⁰ Henri Bartoli, . *L'Economie multidimensionnelle*, Economica, Paris, 1991, p. 85.

¹¹ Alain Herscovici, . Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade. In: LOPES, Maria I. V. de; FRAU-MEIGS, Divina. (Org.). Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras. São Paulo, 2000,

intensificação da concorrência. De fato, essas análises partem da hipótese segundo a qual a autonomia da Tecnologia e da Economia permitem, em si, explicar as evoluções recentes desses vinte últimos anos.

Vários autores já salientaram os limites teóricos e a não verificação empírica deste tipo de análise, e isto tanto no plano sociológico quanto antropológico e econômico. Os principais argumentos são os seguintes:

i) não existe determinismo tecnológico nem econômico; os desenvolvimentos tecnológicos, assim como os desenvolvimentos das chamadas "tecnologias intelectuais", não podem ser explicados a partir de uma lógica "puramente" tecnológica ou econômica. Por exemplo, os desenvolvimentos recentes das telecomunicações e a privatização deste setor se explicam a partir da pressão dos grandes "usuários", ou seja, as grandes empresas privadas e os grupos sociais de maior poder aquisitivo; nesta perspectiva, os objetivos de redistribuição social, alcançados a partir da implementação de subsídios cruzados, são progressivamente abandonados. Neste sentido, a rede é aberta apenas para quem tem condições de pagar um direito de entrada;

ii) por outro lado, esses Sistemas de Informação e de Comunicação (SIC) se relacionam com uma lógica pós-fordista, a qual se caracteriza por um processo de segmentação e de exclusão; a implementação de políticas de cunho liberal se traduzem pela concentração da renda e pela diminuição da parte relativa dos salários na renda nacional. Assim, é possível afirmar que os SIC que correspondem ao fordismo, principalmente a Cultura de massa e o serviço público, eram mais abertos que os SIC ligados às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) : os processos de exclusão pelos preços eram menores e permitiam o acesso da maior parte da população ao sistema mundial. Contrariamente a essas abordagens "idealistas", esta "nova economia" não resolve as contradições da sociedade capitalista, mas apenas modifica suas configurações históricas: se as oposições tradicionais entre centro e a periferia deixam de ser pertinentes, as novas contradições aparecem entre os grupos que são conectados a este sistema mundial e os que não têm condições de estabelecer este tipo de conexão ¹².

¹² É, igualmente, a posição de Manuel Castells, *La société en réseaux*, Fayard, Paris, 1998.

iii) É preciso questionar o processo de desintermediatização ou auto-mediação do qual fala Pierre Lévy a respeito das TICs ¹³. Primeiramente, é pouco provável, do ponto de vista sociológico, que as relações entre os indivíduos e os grupos sociais podem se realizar sem determinadas mediações simbólicas; o exemplo das comunidades virtuais mostra que elas funcionam a partir de um sistema de códigos simbólicos complexo sem o qual não é possível ter acesso a essas comunidades. Esta concepção segundo a qual as TIC permitiriam relações “transparentes” entre os indivíduos implica no postulado da autonomia do objeto da Comunicação e das mensagens ¹⁴ em relação ao social; isto é representativo da construção de uma ciência positiva da Comunicação que, por princípio, elimina a relação social e sua historicidade: se “a relação social é a interação, entre sujeitos, mediatizada pelo simbólico”¹⁵, não é possível afirmar que as relações sociais podem fazer a economia das mediações simbólicas; se essas se modificam em função dos instrumentos técnicos dos sistemas de informação, não quer dizer que elas desaparecem. É igualmente possível afirmar que, à medida que esses novos sistemas adotam uma estratégia de segmentação, está tendo uma fragmentação e uma multiplicação dos diferentes espaços públicos, os quais funcionam como instâncias legitimadoras e, conseqüentemente, como mediação simbólica¹⁶.

iv) Finalmente, queremos ressaltar o seguinte ponto: se, por um lado, essas redes eletrônicas podem ser concebidas como um sistema de colaboração ¹⁷ que gera externalidades positivas em função do aumento de membros, isto concerne, apenas, as informações que chamamos de públicas ou quasi-públicas; este aspecto entra em conflito com a utilização dessas redes pelas empresas, à medida que, neste caso, é preciso limitar o acesso à informação privada ou semi privada. O estudo das evoluções históricas das diferentes mídias mostra que, geralmente, a fase concorrencial corresponde à instauração de um sistema de cooperação e é característica de um

¹³ Ver, por exemplo, Lévy, Pierre, "A Revolução contemporânea em matéria de comunicação", *Para navegar no Século XXI*, F.M.Martins, J.M. da Silva, organizadores, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2000.

¹⁴ Alain Herscovici, “Ciências da Comunicação e lógicas sociais: contribuição e limites da interdisciplinaridade”, in *Comunicação e Informação. Identidades e fronteiras*, op. cit

¹⁵ Louis Quéré, op. cit., pp. 17 e 29.

¹⁶ Alain Herscovici, *Les modifications de l'espace public Repères théoriques.*, Troisième Colloque Franco-Brésilien SFSIC/INTERCOM Aracaju (Brésil), Septembre 1995

¹⁷ Garnham, Nicholas, “La théorie de la société de l'information en tant qu'idéologie: une critique”, in *Réseaux volume 18 n.101/2000*, Hermès Sciences, Paris 2000op.

período durante o qual está tendo formação do uso daquela tecnologia : o exemplo do telégrafo e do radio mostra que, antes de se estabilizar, esses sistemas tecnológicos se caracterizaram por estruturas que permitiram esta cooperação entre os diferentes usuários ¹⁸; durante uma fase de “turbulência” durante a qual se determinam os usos sociais dominantes, é possível haver segmentos nos quais prevalecem as lógicas não mercantis (como, por exemplo, o sistema Linux, os hackers, etc.). Não obstante, à medida que o sistema vai se estabilizando e que se desenvolvem os diferentes movimentos de concentração, esses espaços não-mercantis vão diminuindo.

Esta análise em termos de Economia Política permite formular as seguintes conclusões e constitui, sem dúvida, uma alternativa coerente em relação aos discursos liberais e/ou pós-modernos, que vêem, nesta sociedade em redes, uma ampliação dos espaços de democracia e uma intensificação da concorrência.

A “nova economia” não pode ser considerada como um novo sistema institucional, tecnológico e econômico que permitiria superar as contradições do capitalismo. Não trata-se da instauração econômica, social e política de uma sociedade pós-capitalista, como afirmam os diferentes discursos pós-modernos: ao contrário, esta nova economia, e as implicações sociais que lhe são ligadas, são profundamente enraizadas nas diferentes realidades históricas do capitalismo: ela corresponde à uma intensificação dos movimentos de concentração industrial e financeira – ela se traduz por uma privatização crescente da informação e por uma mercantilização crescente dos SIC – finalmente, ela não permite desenvolver, de maneira sistemática e generalizada, novos espaços de democracia participativa.

Da mesma maneira, não trata-se da instauração de um novo modo de regulação (uma regulação “Pós-fordista”) à medida que à esta nova economia não correspondem as estruturas e instituições sociais que permitiriam assegurar a estabilidade necessária à um novo modo de regulação: (a) a instabilidade financeira e monetária mundial não permitem assegurar esta estabilidade mínima (b) em função da estrutura hierarquizada da economia mundial e dos mecanismos internos e externos específicos aos Estados Unidos, este regime de acumulação só é viável, a médio prazo, para este país; ele não tem condições de ser aplicados em outros países.

¹⁸ A este respeito, ver:

- Patrice Flichy, *Les industries de l'imaginaire. Pour une analyse économique des médias*, PUG, grenoble 1980. p. 28.

- Vincent Mosco, op. cit., p. 103.

Neste sentido, a nova economia não constitui uma “saída de crise”¹⁹, contrariamente ao que afirma o discurso dominante.

Em última instância, a dualidade do sistema tecnológico ligado às TIC não permite sustentar o discurso liberal, nem no plano econômico nem no sociológico: tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, a implementação desta nova economia não corresponde à instauração de mercados concorrenciais. Da mesma maneira, de um ponto de vista sociológico, essas TIC não correspondem à uma ampliação dos espaços democráticos: a privatização crescente das informações e a ausência de *laço social*²⁰ não permitem implementar tal projeto.

¹⁹ François Chesnais, “ “Nova economia: uma conjuntura específica da potência hegemônica no conteto da mundialização do capital” in *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* n. 9, dezembro de 2001, Rio de Janeiro, 2001p. cit., p. 53.

²⁰ Dominique Wolton, *Internet et après? Une théorie critique des nouveaux médias*, Champs Flammarion, Paris, 2000.